

**RETRATOS DE DONAS “QUE ILLUSTRARAM A NAÇÃO  
PORTUGUEZA”:  
MODELOS DE FEMINILIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DE  
OITOCENTOS**

Portraits of *donas* that honoured Portugal:  
Models of femininity in the first decades of the 19<sup>th</sup> century

Henrique Marques Samyn<sup>1</sup>

**RESUMO:** Entre 1806 e 1822, foram publicados em Portugal os fascículos de *Retratos, e elogios dos varões, e donas, que ilustraram a nação portuguesa em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionaes, como estranhos, tanto antigos, como modernos*, série concebida por Pedro José de Figueiredo, intelectual português hoje praticamente esquecido. Considerando o contexto político de Portugal em princípios do século XIX, este artigo almeja analisar os perfis de mulheres constantes da obra, compreendendo-os como modelos conservadores de feminilidade adequados a propósitos moralizantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudos de gênero; Periodismo; Século XIX.

**ABSTRACT:** Between 1806 and 1822, in Portugal were published the fascicles of *Retratos, e elogios dos varões, e donas, que ilustraram a nação portuguesa em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionaes, como estranhos, tanto antigos, como modernos* [Portraits and encomiums of men and women that honoured the Portuguese nation in virtues, letters, arms, and arts, both native and strangers, both ancient and modern]. This article aims to analyse the profiles of women contained in the series as models of femininity that reinforce conservative values, which is related to the political context of Portugal at the beginning of the 19th century.

**KEYWORDS:** Gender studies; Periodicals; 19th Century.

INTRODUÇÃO: UM “VERDADEIRO SABIO” (ESQUECIDO)

No dia 15 de dezembro de 1830, em sessão pública que teve lugar na Academia Real das Ciências de Lisboa, o conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá – que figura na história nacional brasileira como ferrenho opositor do “Programa Geográfico” de José Feliciano Fernandes Pinheiro, obra que visava a reconhecer os limites do território brasileiro a partir do vantajoso Tratado de Madri, concebido pelo “patriota antes de seu tempo”

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Alexandre de Gusmão; este que, para Costa e Sá, nada fizera além de prejudicar Portugal com um tratado extremamente nocivo<sup>2</sup> (2011, p. 32-35), – recitaria um discurso, eivado de cores patrióticas, em louvor de um sócio da instituição recentemente falecido: Pedro José de Figueiredo, intelectual de relevo em Portugal entre o fim do século XVIII e o primeiro quarto do século XIX, hoje em dia pouco lembrado.

Nascido em Lisboa a 29 de junho de 1762, Pedro José de Figueiredo deixou-se motivar “pela disposição que descobria em si para o exercício da eloquência”<sup>3</sup> após estudos de gramática latina, língua grega, filosofia e retórica. Caetano José de Figueiredo, seu pai, era cirurgião da Real Câmara; assim, Pedro José logrou aproximar-se da nobreza, tornando-se logo estimado por D. José, Príncipe do Brasil, “que não só com elle se leccionava; mas ainda lhe deu a incumbencia da aquisição de livros Portuguezes raros para a sua bibliotheca particular, assim dos que appareião avulsos”. Tendo condições de progredir nas letras, o então jovem intelectual optou por renunciar “a todo o emprego ou exercício incompatível com o mimoso trato das musas; nos enlevamentos da sua alma, docemente se deixou atear do sagrado fogo da gloria litteraria” (COSTA E SÁ, 1848, p. ii).

O “amor da patria” levou Pedro José a contribuir para os esforços da Academia, aos quais se entregaria “com louvavel afouteza”, persistindo em sua dedicação “até aos momentos em que pelas suas enfermidades já conhecia como os derradeiros de sua vida”; e isso apesar dos duros reveses que se lhe impunham. Se o falecimento do príncipe do Brasil provocou um violento impacto em sua vida pessoal e profissional, a morte de seu pai, seis anos depois, veio privá-lo dos recursos de subsistência. Apelando à mercê de D. João VI, tornou-se instrutor de D. António, Príncipe da Beira; posteriormente, foi ainda professor de Retórica e Poética do Seminário do Patriarcado de Santarém. Já doente, não abandonaria o convívio com os amigos, aos quais “offerecia o exemplo de um verdadeiro sabio, de que a antiguidade não se desdenharia”: “possuido de affectos Portuguezes, o ouviamos repetir os actos do nosso heroismo”, recorda o panegirista, “e com nobre ardimento propunha, e incitava a empreza da historia Patria que nos falta” (COSTA E SÁ, 1848, p. iii-vi).

Embora a enfermidade obstasse a conclusão de um dicionário da língua portuguesa em que trabalhara por mais de quatro décadas, Pedro José

---

2 O que então estava em pauta era delinear a história do espaço nacional brasileiro, a fim de fixar seus limites; ao defender o Tratado de Madri como fonte histórica e ao louvar Alexandre de Gusmão, Fernandes Pinheiro se alinhava aos interesses políticos brasileiros – e ensinava a oposição de Costa e Sá, que partilhava da convicção de que a negociação fora danosa aos interesses de Portugal. Fernandes Pinheiro ainda escreveria uma réplica às críticas de Costa e Sá, instado por D. Pedro II (PEIXOTO, 2011, p. 35).

3 Preservamos a grafia da época em todas as transcrições.

de Figueiredo deixou alguma produção bibliográfica de relevo nas primeiras décadas do século XIX. Sua *Arte da grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil e claro, offerecida a Sua Alteza Real o ser.<sup>mo</sup> sr. D. Antonio, Principe da Beira*, publicada pela primeira vez em 1799, – sem o nome do autor no frontispício, – foi várias vezes republicada, com títulos diversos, no princípio dos Oitocentos, havendo inclusive registros de edições brasileiras; aderindo ao combate à efervescência sebastianista ensejada pela invasão das tropas napoleônicas, publicou em Lisboa, em 1808, – num volume também sem assinatura, conquanto a atribuição fosse amplamente reconhecida já no século XIX, – a *Carta em resposta de certo amigo da cidade de Lisboa a outro da villa de Santarem, em que se lançam os fundamentos sobre a verdade, ou incerteza da morte d'el rei D. Sebastião XVI rei de Portugal na Batalha de Alcacerquibir em Africa* [sic]<sup>4</sup>.

Segundo nos permite inferir o já referido elogio histórico de Costa e Sá (1848, p. v), o pendor patriótico de Pedro José de Figueiredo determinaria seu maior pesar: jamais ter-lhe sido possível relacionar as memórias e apontamentos que coligira para ilustração da história e da literatura portuguesas. Contudo, o esforço não foi dispendido em vão, uma vez que se concretizaria, – ainda que parcialmente, – numa obra concebida com um evidente sentido cívico, materializada por intermédio de publicações que se estenderiam, de modo irregular, ao longo de quinze anos: os *Retratos, e elogios dos varões, e donas, que illustraram a nação portugueza em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionaes, como estranhos, tanto antigos, como modernos*. Como veremos, trata-se de uma obra que, – considerando-se o ideário moral e político de Figueiredo, bem como o conjunto de crenças, valores e expectativas do público a que se dirigia, – nos oferece uma perspectiva sobre o que uma parcela significativa da população portuguesa concebia como qualidades ideais de homens e mulheres, naquele início do século XIX; obra que assim constitui, ainda que de modo necessariamente parcial, um inventário dos elementos que se fariam presentes nas coevas produções literárias, no que reside sua relevância para o investigador da literatura e da cultura oitocentistas.

#### O SENTIDO: ENSINAR, ATRAIR E INFLAMAR PARA A IMITAÇÃO

Deve-se a uma contingência o fato de os primeiros “retratos” e “elogios” da coleção planeada por aquele que fora tutor do Príncipe do Brasil virem à luz em meados da primeira década de 1800? Não teria o complexo momento político então vivenciado por Portugal, numa Europa em

---

4 Obra que será abordada mais à frente, neste artigo.

turbulência, atuado sobre a sensibilidade política de Pedro José de Figueiredo?

Considerar a situação da sociedade portuguesa na virada para os Oitocentos pode fornecer-nos relevantes subsídios para o entendimento dessa questão. Embora de 1796 a 1801 a ameaça de invasão fosse “apenas latente”, em 1801 tropas espanholas atravessaram a fronteira, despertando uma resistência “surpreendentemente fraca”; como nota Albert Silbert, “apesar das proclamações ameaçadoras, apelando à luta sagrada contra o inimigo hereditário, a população demonstrou uma conduta pouco combativa e o exército não procurou entregar-se a um verdadeiro combate” (SILBERT, 1998, p. 17). A chegada ao país das tropas francesas, em 1807, também não despertou reações significativas num primeiro momento; só a partir do fim desse ano e ao longo de 1808 houve algumas manifestações populares, que se foram amplificando à medida que se estendia a ocupação. Quando, em dezembro de 1808, o povo foi chamado à luta pelo governo que representava o príncipe regente, o impulso ao dever patriótico tinha como elemento motivador a defesa da “santa religião”: “o sentimento popular identificou mais a nação com a tradição do que com a liberdade e o direito dos povos em disporem de si mesmos”; com algumas exceções, – como os jovens universitários de Coimbra, – o que se verificou foi o recrudescimento de um patriotismo de cariz tradicionalista (SILBERT, 1998, p. 17-18).

É nesse contexto, aliás, que se insere a polémica em torno da revivescência do sebastianismo, da qual Pedro José participou com um opúsculo já mencionado, publicado em 1808. A crença sebastianista tinha seu propósito entre as camadas populares, operando em prol da “expulsão do invasor estrangeiro, a fim de trazer de volta o soberano, permitindo o retorno de um passado de glória, de uma idade de ouro, quando a fartura, ainda que medíocre, era preferível à miséria do tempo presente” (NEVES, 2008, p. 263); contudo, para certa camada de letrados, – que incluía o padre José Agostinho de Macedo, – os sebastianistas atuavam contra a nação portuguesa que pretendiam defender. “Hum Sebastianista he hum máo Vassallo; hum máo Christão, e hum máo Vassallo, nunca póde ser hum bom Cidadão”, afirmava Macedo; isso porque, a seu ver, eles não combatiam o invasor, vendo-o como agente concretizador de suas crenças proféticas: “não houve crueldade, atrocidade, roubo, violencia, saque, insulto, sacrilegio, violação que os Francezes não commettessem e que os Sebastianistas não applaudissem como complemento das suas Profecias” (1810, p. 81).

A *Carta em resposta de certo amigo da cidade de Lisboa a outro da villa de Santarem*, que Pedro José de Figueiredo publicara antes do opúsculo de Macedo, inscreve-se já no âmbito dessa controvérsia, dedicando dezenas de páginas a coligir exaustivamente registros da morte do rei. Ainda que não se trate de um virulento ataque frontal à maneira, – típica – dos

escritos do “padre Lagosta”, o texto de Pedro José não recusa a assertividade ao assegurar, “com licença dos Sebastianistas, ou sem licença sua, que El Rei D. Sebastião morreu na Africa; e que a opinião contraria he destituida de fundamento; e principalmente a que ainda hoje o dá vivo he absurda, ridicula, e merecedora somente do desprezo” (FIGUEIREDO, 1808, p. 8). Ao publicar esse opúsculo, – bem como ao planejar uma outra edição “muito mais accrescentada”, como registra Innocencio Francisco da Silva (1862a, p. 417), edição que todavia jamais veio à luz, – Pedro José tencionava combater “as importunas contestações dos Sebastianistas”; importava-lhe “destruir os enganos, emendar os erros, que offuscam a razão” (FIGUEIREDO, 1808, p. 81-83). Torna-se claro que a publicação anônima do opúsculo, neste conturbado cenário, divisava os sebastianistas como uma força política perturbadora aos interesses nacionais, denotando um desassossego com a situação em que se encontrava Portugal.

Com efeito, será essa nação quebrantada pela presença estrangeira que conhecerá os “retratos” e “elogios” publicados na coleção ideada, e em grande parte redigida, por Pedro José de Figueiredo; como observa o autor, destinavam-se aos “affeiçãoados á honra Portugueza”, resgatando “Varões e Donas insignes nossos naturaes, que acabaram as vidas com gloria, depois de florecerem em todo genero de virtudes, deixando fama perduravel de seus nomes assim nas Sciencias e Artes, como nas Armas, como na Santidade com vivos exemplos”. O propósito cívico e moralizante da série aparece, portanto, de forma nítida, – sobretudo quando, no prólogo do volume, afirma o autor que esses vultos “aindagora efficazmente nos ensinam, attrahem, e inflammam para a sua imitação”; ressalta que “nenhum outro Reino talvez terá, e possa offerecer destes heroes consumados tamanha copia como Portugal”; e cede mesmo um espaço a estrangeiros que, “supposto não pertençam como naturaes a este Reino, devem ser por taes considerados, e com razão, quando ou por gloriosos feitos na vida, ou por honrada e assignalada morte se acreditaram entre nós, que qualquer destas couzas bastava de per si para lhes dar o nome de Portuguezes” (FIGUEIREDO, 1817<sup>5</sup>), – tacitamente estabelecendo um contraste entre os estrangeiros de outrora, que se deixaram impregnar pelo sentimento patriótico e por ele se sacrificaram, e aqueles que então avassalavam as terras portuguesas.

É precisamente num momento em que Portugal atravessava um período de indeterminação política, com inevitáveis ressonâncias no ambiente cultural e no imaginário social, que se materializa o projeto por intermédio do qual Pedro José de Figueiredo pretendia apresentar exemplos que pudessem atuar pedagogicamente, – “ensinar”, – e afetivamente, –

---

5 A edição em livro dos *Retratos, e elogios...*, seguindo a norma dos fascículos que o compunham, não apresenta paginação.

“atrair”, – sobre os portugueses, de modo a oferecer modelos capazes de reacender as qualidades e os valores esquecidos, “inflamando para a sua imitação”. História e tradição emergiam, assim, como as fontes eventualmente capazes de reviver um confrangido e combatido sentimento patriótico.

#### A PUBLICAÇÃO: A CONCEPÇÃO E AS CONTINGÊNCIAS

A série *Retratos, e elogios dos varões, e donas, que illustraram a nação portugueza em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionaes, como estranhos, tanto antigos, como modernos*<sup>6</sup> foi concebida por Pedro José de Figueiredo e redigida na maior parte por ele, embora atuassem como colaboradores Luís Duarte Vilela da Silva, frei José Mariano Veloso e José da Cunha Taborda, entre outros. Os cadernos, publicados mensalmente a partir de julho de 1806, compreendiam quatro retratos cada um, com as biografias correspondentes; cada caderno era vendido a 480 réis, para os subscritores. Os fascículos foram publicados regularmente até o nono número, de março de 1807; também veio à luz um suplemento especial, composto por dois retratos, entre o sexto e o sétimo folhetos.

Em 1807, a publicação foi interrompida; dez anos se passariam até que surgissem novos cadernos. Foram então publicados desde o décimo até o décimo nono folheto, tendo sido elevado o preço de cada um para 600 réis. O décimo segundo caderno, que completava o primeiro volume da série, trazia um frontispício, prólogo, lista de assinantes e uma nova biografia de Matheus Fernandes, destinada a substituir a edição anterior, na qual erros grosseiros haviam sido descobertos<sup>7</sup>. O décimo nono caderno foi o último publicado, em 1822, embora a série previsse a publicação de mais fascículos; por conseguinte, o segundo volume ficou incompleto, sendo composto apenas por sete números, sem frontispício.

Nenhum dos cadernos era paginado, tampouco eram numerados os retratos, de modo a permitir a organização em volume conforme critérios estabelecidos por quem os adquirisse. Quatro décadas após a publicação do

---

6 As fontes que utilizamos para obter os detalhes sobre a publicação, além do próprio volume ([FIGUEIREDO], 1817), foram os trabalhos de Innocencio da Silva (1862a e 1862b) e Ricardo Pinto de Mattos (1878); nesse último, verifica-se a atribuição equivocada a “Pedro Jose da Fonseca”. Cabe registrar que algumas das fontes que serviram como base para a elaboração deste estudo grafam o título da série como *Retratos, e elogios de varões* etc.; neste caso se incluem Mattos (1878) e Silva, no sétimo tomo do *Diccionario bibliographico portuguez* (1862b) – curiosamente, no sexto tomo o título está grafado corretamente (1862a). Há ainda certas variações no que tange à pontuação do título.

7 Segundo Silva (1862b, p. 140), o autor da biografia que continha “inexactidões manifestas” era o padre José Agostinho de Macedo.

último caderno, registra Innocencio da Silva que “a collecção poucas vezes apparece completa; e para que o esteja deve conter além de uma estampa allegorica annexa ao frontispicio, 78 retratos e outras tantas biographias” (1862b, p. 141). Naquele momento, a coleção completa de retratos e biografias valia, segundo esse autor, entre 4.500 e 6 mil réis. Em 1817, a Oficina de Simão Tadeu Ferreira publicou o primeiro tomo da obra, reunindo 48 retratos e biografias, ou seja: os doze primeiros fascículos, publicados até aquele momento. Segundo Ricardo Pinto de Mattos (1878, p. 488), o volume custava 6.120 réis.

Conquanto a coleção idealizada por Pedro José de Figueiredo não fosse a única desse tipo publicada na época, nela assomam tanto a concepção ambiciosa quanto o volume de vultos coligidos, ainda que a série permanecesse incompleta. Essas qualidades podem ser percebidas quando se coteja a obra com uma produção similar e contemporânea: entre 1804 ou 1805 (SILVA, 1862b, p. 139) ou 1812 (MATTOS, 1878, p. 488) e 1825 foram publicados, também em intervalos irregulares, *os Retratos dos grandes homens da nação portugueza, com epitomes de suas vidas*, editados pelo espanhol Antonio Patricio Pinto Rodrigues. Essa coleção era formada por trinta e quatro ou trinta e seis estampas, acompanhadas de textos biográficos, – quantidade, portanto, inferior à do primeiro volume da série de Pedro José de Figueiredo.

Uma outra particularidade, contudo, distingue as duas coleções: o espaço conferido à presença feminina. Ainda que o título da obra editada por Rodrigues se referisse apenas a “grandes homens”, havia nela espaço para a presença feminina, embora as mulheres fossem representadas por uma única figura, – s. Isabel. A coleção de Pedro José, por sua vez, não apenas trazia no título a explícita referência às “donas”, como também oferecia a essas uma maior parcela de estampas e textos biográficos: do total de 78 retratos elencados por Innocencio da Silva, 15 representam mulheres, perfazendo pouco menos de um quinto do total. Não deve ser preciso ressaltar, todavia, que a “generosidade” da coleção de Figueiredo no que tange às “donas” não encerrava qualquer pretensão emancipatória. Para além da orientação androcêntrica transparente na quantidade de figuras masculinas que ocupam majoritariamente as estampas, os “elogios” dirigidos às mulheres têm um sentido condizente com a orientação política de Figueiredo e seus consócios: trata-se de enfatizar os traços de modelos femininos ancorados na tradição, que têm na subalternidade uma de suas qualidades mais estimadas. Deste assunto nos ocuparemos nas próximas páginas.

Quem são as “donas” escolhidas<sup>8</sup> como exemplares das virtudes femininas? Todas aristocratas; algumas, rainhas; umas poucas, santas. Não obstante, todas sintomaticamente compartilham um universo homogêneo de qualidades, o que faz com que seus perfis se assemelhem em diversos aspectos, – como se constituíssem um acervo de diferentes máscaras que podem cobrir as fantasmáticas faces de modelos ideais de feminilidade. Vejamos, finalmente, o que dizem os “retratos” e “elogios” sobre essas mulheres que, – não nos esqueçamos, – foram figuradas a fim de “inflamar para a imitação” as senhoras portuguesas.

D. Brites, a rainha consorte de D. Afonso III, o Bolonhês, é louvada por suas “singular perfeição, e mui grande prudência”, qualidades que lhe teriam valido o lugar de filha favorita de D. Afonso X, rei de Castela, a despeito de sua ilegitimidade, – privilégio que, embora pudesse ademais dever-se ao fato de ser a filha mais velha, também estaria possivelmente associado a uma eventual antecipação, pelo rei, dos “extremos, que por seu respeito ella depois veio a praticar”. Esboçam-se, desse modo, seus traços fundamentais: D. Brites é perfeita como é prudente, condição necessária para que possa dispor do recato que lhe convém, enquanto mulher; também não lhe falta a capacidade de abnegação tradicionalmente vinculada ao seu gênero, – pelo que estará pronta, quando preciso, a doar-se para aqueles que fazem parte do seu círculo familiar. Prossegue o elogio afirmando que D. Brites era ainda uma “moça em idade incompetente para o matrimônio” quando D. Afonso III, – então casado com a Condessa de Bolonha D. Matilde, com a qual não gerara herdeiro, –, sendo alçado ao trono português em lugar do irmão, D. Sancho II, trouxe-a para Portugal, tratando-a já como rainha, do que resultaria uma querela que apenas se dissolveria com o falecimento de D. Matilde. Há certamente uma função retórica no modo como o texto encomiástico, logo após referir o frustrado enlace de D. Afonso III com a Condessa de Bolonha, passa a elencar os muitos filhos gerados pela

---

8 Aqui nos debruçaremos sobre oito elogios de mulheres constantes da série concebida por Figueiredo: D. Brites, s. Isabel, D. Inês de Castro, D. Filipa, D. Leonor, s. Joana, D. Maria (consorte de D. Manuel) e a infanta D. Maria (filha de D. Manuel). São esses os perfis femininos que constam do volume publicado em 1817 na Oficina de Simão Tadeu, compulsado para a produção deste artigo. As outras mulheres selecionadas para a série, consoante a lista publicada por Silva (1862b), foram: a infanta D. Isabel, D. Leonor (consorte de D. Manuel), D. Maria (filha natural de D. João IV), D. Brites (duquesa de Saboia), Micaela Margarida (filha do imperador Matias da Alemanha, parenta de D. João IV), D. Luísa (consorte de D. João IV) e D. Catarina (consorte de D. João III). Não incluímos as referências bibliográficas nesta seção porque, com anteriormente mencionamos, o volume não é paginado.



união entre D. Brites e o rei português, o que acaba por enfatizar o modo como cumpre o “destino materno”, – algo também presente no destaque conferido à sua regência em harmonia com a vontade do filho, o futuro rei D. Dinis; de outro lado, preocupa-se o texto em conceder ênfase ao modo como não negligencia os deveres de filha, partindo a Castela para ajudar o pai nas querelas com D. Sancho IV.

Consorte de D. Dinis, s. Isabel é abordada em um elogio que, já de início, saúda-a como “um dos mais illustres exemplos de santidade, que Deos fez resplandecer no meio das grandezas do seculo para ornamento da sua Igreja”, o que prepara a construção de um registro que assume aspectos hagiográficos. De fato, já o nascimento de Isabel, assim batizada em homenagem a sua tia, santa Isabel da Hungria, é descrito como miraculoso, tanto por apaziguar a inimizade familiar entre seu avô e seu pai quanto por ter nascido envolta em uma pele, – logo conservada pela mãe, a rainha D. Constança, em uma caixa de prata. Desde a infância Isabel demonstra uma devoção extrema: seu “ardor pela oração” é acompanhado por um rechaço a romances e a novelas; “tinha summa aversão a todas as cantigas profanas, e em lugar destas decorou todos os hymnos de que usa a Igreja para louvar a Deos”; do mesmo modo, desprezava “o luxo dos vestidos, e as vãs modas”, em vez disso dedicando-se a “exercícios de piedade, e devoção”. Casada com D. Dinis, a rainha s. Isabel não abandonaria os deveres religiosos, “praticando com extremo de humildade ásperas mortificações, até com cilícios rigorosos, que trazia debaixo das vestiduras Reaes” e jejuando três vezes na semana, além dos dias prescritos pela igreja; nem por isso negligencia as “domesticas applicações” e os “deveres do estado”, mantendo-se todo o tempo distante dos perigos do ócio. Em meio às descrições do virtuoso comportamento de s. Isabel, ganha relevo o dom conciliatório, o que não ocorre por acaso: assim se torna possível destacar o episódio em que promoveu a “amigável concórdia” entre seu marido e o filho de ambos, – quando o infante D. Afonso, “só pela cobiça desordenada de reinar ante tempo”, ergueu-se contra o pai<sup>9</sup>, –, reestabelecendo a harmonia entre “as duas prendas unicas, que o amor, e natureza, lhe fizeram tão estreitas”.

Um antigo retrato de D. Inês de Castro, que “representa a nas feições de viva tanto ao natural”, serviu como base para a realização da estampa que figura a consorte de D. Pedro, informa o texto que a acompanha; opção que decerto visava a apresentar de forma mais fiel a “rara formosura, e tão extremada graça, e gentileza”, qualidades devido às quais “era chamada por excellencia Collo de Garça”. Com efeito, a beleza que faz D. Pedro “todo

---

9 Consoante Oliveira Marques (1996, p. 111), o infante D. Afonso se rebelou contra D. Dinis por este favorecer seus filhos bastardos, sendo apoiado na reação por s. Isabel; por conseguinte, o texto encomiástico atribui a s. Isabel uma falsa imparcialidade – o que, por outro lado, serve ao propósito de apresentá-la como uma figura conciliatória.

captivo” ocupa um lugar central no elogio, embora também se faça presente o sentimento materno, enfocado pelo relato de sua trágica morte, – que apresenta uma Inês que se ajoelha na presença do rei, “roga, insta, implora perdão, desculpa se, interpõe os filhinhos innocentes, chora seu desamparo, e levantando as mãos, e olhos ao Ceo representa sua innocencia, brada por misericórdia”; súplica que, embora comova o rei, não é suficiente para demover Álvaro Gonçalves, Pedro Coelho e Diogo Lopes Pacheco, que irrompem no recinto e levam a cabo a execução. De outro lado, o apego à maternidade se torna dominante no elogio a D. Filipa de Lencastre, a “digna, e virtuosa Esposa” de D. João I, que “desde a mais tenra idade” desenvolvera no coração “o gérmen de todas as virtudes naturaes, rara formosura, graça, modéstia, e descrição”: consoante o elogio, “os desamparados de todas as classes, tinham nella Mãe, e azilo”. Resignando-se às vontades do seu marido, de tal modo “que jamais se vio alterada aquella doce paz de Familia, que até entre particulares forma uma das mais preciosas doçuras da vida civil”, pôde dedicar-se com afinco à educação dos filhos, que também se empenhou em tornar homens a serviço do reino: assim, incentivou-os a partir a Ceuta, cingindo-lhes as espadas, “animando os, e exortando os para uma acção, na qual, não só o Reino, e elles Príncipes ganhariaõ muita honra, e gloria”.

A rainha D. Leonor, aragonesa consorte de D. Duarte que seria regente durante a menoridade de D. Afonso V, é apresentada como vítima de sua própria ingenuidade: mulher e estrangeira, recua após entregar o governo ao infante D. Pedro, seu cunhado, cedendo a maus conselhos; relegada a segundo plano, retira-se para Castela, – “contra o gosto, e avisos de D. Pedro, e dos outros Infantes, que com toda a diligencia buscaram os meios possíveis de a deter, e socegar”, – e posteriormente a Toledo, onde falece. O que permite, afinal, situar D. Leonor entre as “donas que ilustraram a nação portuguesa”? Menos os feitos que o exemplo: D. Leonor erra ao não observar os limites de sua posição, agindo com uma imprudência que a destaca como exceção no volume, – o que certamente se coaduna com o propósito moralizante da obra. O contraste emerge, por exemplo, já quando se a coteja com sua neta, a infanta Joana, cujo elogio em não poucos aspectos espelha o de s. Isabel: como essa, também D. Joana revela desde a infância um desejo de perfeição que a leva a “desprezar o mundo, e furtar-se aos passatempos do Paço para se entregar ao retiro, e Oração”; um rigor que jamais abandonaria, levando-a a aparecer em público com a pompa que exigia sua condição, mas sob o “fausto senhoril” escondendo “a estamalha grosseira, o cilicio, e outros instrumentos de penitencia”. A infanta ilustra, por conseguinte, a mulher conhecedora de seu lugar, conjugando a observância de seu lugar social e a inabalável virtude interior: se nas festas e nas danças se apresentava “com semblante alegre”, “não perdia um só momento sem se entregar com humildade ao jejum, ás lagrimas, á Oração”. Quando se opõe ao desejo

paterno e às expectativas do reino, isso ocorre pelo intento de “conservar a joia de sua Virgindade”, que “tinha generosamente dedicado a Deos”. Aberto o túmulo mais de um século após a morte, o corpo incorrupto confirma a santidade, elevando sua memória a uma altura próxima da alcançada por s. Isabel.

No curto elogio da rainha D. Maria, segunda esposa do rei D. Manuel e filha dos “Reis Católicos”, – título conferido pelo papa Inocêncio VIII, – ocupam primeiro plano o cultivo da virtude e da religiosidade, materializadas na caridade e na fundação do Convento dos Monges de s. Jerônimo; o cumprimento da missão materna, concretizada na geração de uma “prole fecundissima de sete filhos”; e a formosura, visto Damião de Góis descrevê-la como sendo “de boa estatura, alva, bem assombrada, o queixo do rosto um pouco sumido, os olhos graciosos, pouco rizonha, e mui honesta em todas suas praticas”. Finalmente, o encômio à infanta D. Maria, filha de D. Manoel com sua terceira esposa, D. Leonor de Áustria, saúda-a como “illustre pelo dote da formozura como pelo engenho, erudição, graça, e todo o genero de heroicis virtudes, que a constituíram uma das mais recomendaveis Princezas do seu seculo”. Os notórios dotes intelectuais da infanta, que “aprendeu com facilidade as linguas especialmente a Grega, e a Latina que soube com perfeição, e escreveu com tanta propriedade como se lhe fora natural e materna”, e a generosidade que a levou a incutir em outras mulheres semelhante conhecimento, – tendo criado em “seu paço particular uma verdadeira Universidade de mulheres illustres em todo o género de Sciencias e Artes, de que foi especial protectora”, – são descritos como ainda mais apreciáveis por sua disposição para em tudo isso conservar uma orientação religiosa, a tal ponto “que parecia menos Paço Real, que Mosteiro reformado, que podia ser a Religiozas espelho, e doutrina de bem viver”. Com efeito, se a infanta D. Maria se notabilizava pela capacidade intelectual, mais sábia se tornava pela devoção, – que a levou não apenas a recusar incontáveis propostas de casamento, permanecendo “até á morte no estado de Donzella, que havia consagrado a Deos com generosa rezolução, preferindo mais o amor da quietação de seu espirito, que a cobiça de reinar”, como também ensinou a realização de “obras de muito louvor”, o que incluiu a edificação de conventos, mosteiros e igrejas; desse modo, pôde morrer “deixando de si único exemplo a todas as altas Princezas de virtude e honestidade”.

#### CONCLUSÃO: MODELOS DA MORAL PATRIARCAL

Que se pode, finalmente, concluir acerca daquelas “donas insignes” cujas estampas e elogios se ofereciam ao público português, com o

reconhecido objetivo de ensinar e incitar à emulação as mulheres naquelas primeiras décadas do século XIX? Não é difícil perceber que algumas qualidades se repetem ao longo dos elogios, de modo a compor modelos reconhecíveis de feminilidade caracterizados por um conjunto de atributos fundamentais. Entre esses, ganham relevo a prudência, a devoção e a adequação às expectativas familiares, concretizados na deferência e na dedicação à maternidade. Três rainhas, – D. Brites, D. Filipa de Lencastre e D. Maria de Aragão, – reúnem de forma exemplar esses elementos, desse modo operando como figuras modelares: a “singular perfeição” e a “grande prudencia” que à primeira são associadas ecoam qualidades constantes dos textos encomiásticos a D. Filipa e a D. Maria; “aquella doce paz de Família” que a consorte de D. João I, conforme descrita no texto, soube cultivar por sua resignação semelha o recato de D. Brites e de D. Maria; similarmente, se a última cumpriu com êxito a incumbência materna que lhe foi entregue, menos não fizeram D. Filipa e a filha dos alcunhados “Reis Católicos”.

Conquanto outras das mulheres que surgem nas estampas do volume não se caracterizem por reunir todos aqueles apanágios, ainda assim os possuem em medida que faculta aproximá-las de uma posição modelar, mesmo que dotadas de menor perfeição. A esse respeito, pode-se estabelecer um contraste entre duas figuras: se D. Inês de Castro alia à formosura uma propensão maternal concretizada na fecundidade e no apego aos filhos, a infanta D. Maria, recusando o matrimônio e preservando-se virgem, não por isso investe contra os valores tradicionais, submetendo seus interesses intelectuais à orientação religiosa e preservando a “virtude feminina”. Assim, a infanta representa, em menor escala, a perfeição alcançada por duas mulheres que efetivamente lograram atingir a santidade: s. Isabel e s. Joana, que ao longo de toda a vida se dedicaram unicamente à devoção, entregando-se a incessantes mortificações e jejuns.

Em meio a essas virtuosas figuras, D. Leonor de Aragão emerge como um contramodelo: com efeito, a consorte de D. Duarte é uma mulher que fracassa em realizar os objetivos impostos a seu gênero. Após ceder o governo ao infante D. Pedro, imprudentemente recua, cedendo a conselhos equivocados; assim interfere nos rumos da nação e desfavorece o próprio filho, o futuro rei de Portugal D. Afonso V. A descrição de seu fim melancólico, – quando, em “extremas miserias”, desamparada, “chegou a viver de esmollas”, – encerra um evidente propósito moralizante: D. Leonor representa o destino daquelas mulheres que, recusando-se a seguir a trajetória que lhes é prescrita, assim buscando aproximar-se dos modelos de virtude, acabam por colher os frutos de sua leviandade e de seu orgulho. A noção de “elogio” assume aqui, por conseguinte, um sentido irônico: a dama aragonesa só pode ser considerada “exemplar” num sentido negativo; e o fato de sua estampa situar-se entre duas mulheres que assomam entre os maiores

modelos de perfeição, D. Filipa de Lencastre, – a “digna, e virtuosa Esposa”, – e s. Joana, – a que viveu entregue ao “jejum, ás lagrimas, á Oração”, – concorre para figurá-la como uma exceção.

Quais seriam as prováveis expectativas em torno da recepção desses perfis femininos na sociedade portuguesa oitocentista? Como anteriormente mencionamos, os fascículos que compunham os *Retratos, e elogios dos varões, e donas, que ilustraram a nação portuguesa* foram publicados num momento de profunda instabilidade política, o que podia sugerir um retorno a valores tradicionais, sobretudo no que tange a setores de propensão conservadora, – entre os quais aqueles associados ao alto clero, estamento no qual se situavam diversos subscritores da obra, inclusive o arcebispo de Évora e os bispos do Porto e de Lamego. Há aí um indício relevante, uma vez que esses setores eclesiásticos ainda detinham um considerável poder sobre a sociedade portuguesa.

Com efeito, em seu estudo sobre as mentalidades em Portugal desde o último quarto do século XVIII até a primeira década do século XIX, Teresa Bernardino (1986, p. 112) ressalta que a influência do ideário religioso se efetivava na visão da mulher como “um ser frágil, muito limitado na inteligência e símbolo do pecado”; em decorrência disso, o gênero feminino era percebido como mais propenso à condenação eterna, – estando sua salvação associada a elementos como a “atitude devota, a oração, a penitência, o recolhimento em casa”; também se legitimava a sua condição de dependência do pai ou do marido, cabendo-lhe ainda “cumprir a missão que Deus lhe dera: ter filhos para não deixar a família sem descendência”. O cotidiano das mulheres, portanto, situava-se entre as balizas da devoção religiosa e dos deveres familiares, – por conseguinte, entre os valores axiais representados por figuras como D. Brites ou D. Filipa de Lencastre e s. Isabel ou s. Joana, vultos da tradição portuguesa resgatados nas estampas constantes do álbum concebido por Pedro José de Figueiredo. A história fornecia, por conseguinte, notáveis exemplos de mulheres que podiam ser evocados para reiterar a importância de valores que impunham a religiosidade, o acatamento e a submissão à autoridade masculina, o que no âmbito social representava uma preservação de modelos tradicionais de feminilidade.

Ao crítico e historiador da literatura que se dedica ao período oitocentista, é sobretudo interessante atentar para o elogio à infanta D. Maria, – aquela virtuosa mulher que, dotada de notáveis dotes intelectuais, teve a prudência de associá-los a uma religiosidade extrema, permanecendo devota a ponto de preservar-se “até à morte no estado de Donzella” e oferecendo, assim, um exemplo de “virtude e honestidade”. Numa época em que certas mulheres começavam a redefinir os papéis sociais do gênero, fazendo-se presentes em salões e assembleias, e em que começa a avultar como questão incontornável o acesso das mulheres aos livros, a filha de D. Manuel oferece

um modelo de mulher disposta a submeter sua inteligência à orientação religiosa, – em seu caso, a do eminente frei Francisco Foreiro, dominicano que participou do Concílio de Trento e que redigiu o Catecismo Romano. Nesses termos, o resgate da infanta D. Maria como figura modelar constituía, porventura, uma primeira demonstração de receio perante as transformações que o século XIX conheceria nas relações entre os gêneros, conforme as mulheres lograssem contestar os valores tradicionais e redefinir a sua posição na sociedade portuguesa, – assim libertando-se, cada vez mais, dos opressores modelos sempre louvados pela ordem patriarcal.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDINO, T. *Sociedades e atitudes mentais em Portugal (1777-1810)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

COSTA E SÁ, M. J. M. da. Elogio historico de Pedro José de Figueiredo, recitado na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 15 de Dezembro de 1830. In: *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. 2a. série, tomo II, parte I. Lisboa: Typografia da Academia, 1848.

FIGUEIREDO, P. J. de. (org.) *Carta em resposta de certo amigo da cidade de Lisboa a outro da villa de Santarem, em que se lançam os fundamentos sobre a verdade, ou incerteza da morte d'el rei D. Sebastião XVI rei de Portugal na Batalha de Alcacerquibir em Africa*. Lisboa: João Evangelista Garcez, 1808.

\_\_\_\_\_. *Retratos, e elogios dos varões, e donas, que illustraram a nação portugueza em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionaes, como estranhos, tanto antigos, como modernos*. Tomo I [único]. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1817.

MACEDO, J. A. de. *Os sebastianistas*. Lisboa: Antonio Rodrigues Galhardo, 1810.

MATTOS, R. P. de. *Manual bibliographico portuguez de livros raros, classicos e curiosos*. Revisto e prefaciado pelo Sr. Camillo Castello Branco. Porto: Livraria Portuense – Editora, 1878.

NEVES, L. M. B. P. das. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (c. 1808-1810)*. São Paulo: Alameda, 2008.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *Breve história de Portugal*. 2a. ed. Lisboa: Presença, 1996.

PEIXOTO, R. A. *Cartografias imaginárias: estudos sobre a construção do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço*. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011.

SILBERT, A. Portugal e o estrangeiro durante o período revolucionário e napoleônico. In: *Portugal na Europa oitocentista*. Trad. Maria João Vaz. Lisboa: Edições Salamandra, 1998. p. 15-23.

SILVA, I. F. da. *Diccionario bibliographico portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862a. t. 6.

\_\_\_\_\_. *Diccionario bibliographico portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862b. t. 7.

Data de recebimento: 15 mar. 2014.

Data de aprovação: 30 maio 2014.